



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 23/XIV/1.ª SL

Aos 3 dias do mês de junho de 2020, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na Auditório António de Almeida Santos do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00 I Parte

Audição da Senhora Provedora de Justiça no seguimento de requerimentos apresentados pelo GP do PSD, a propósito da interpretação e aplicação pela Autoridade Tributária e pelo Governo da lei que alterou o Código do IRS, e ainda sobre a atual «falta de proteção social de alguns trabalhadores independentes», em conjunto com a Comissão de Orçamento e Finanças.

12:00 II Parte

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 22, de 27 de maio;**
2. **Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;**
3. **Nova apreciação na generalidade (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão) dos Projetos de Resolução n.º 409/XIV/1.ª (BE) - «Garante que as crianças cujos pais perderam rendimentos não são excluídas das creches, protegendo as famílias afetadas e os profissionais», 421/XIV/1.ª (PEV) - «Define medidas excecionais relativas ao pagamento de creches no período de influência da Covid-19» e 423/XIV/1.ª (PAN) - «Reforça a proteção das famílias com dependentes matriculados em creches e jardins de infância e garante a sustentabilidade destes equipamentos educativos», que baixaram sem votação à Comissão por 30 dias, até 6 de junho de 2020;**
4. **Discussão dos Projetos de Resolução n.º 403/XIV/1.ª (PSD) - «Recomenda ao Governo a adoção de medidas excecionais de apoio social e recuperação económica para o município de Ovar, relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus _ COVID 19» e 413/XIV/1.ª (CDS-PP) - «Apoios específicos para o concelho de Ovar no âmbito das medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do COVID 19»;**
5. **Discussão do Projeto de Resolução n.º 461/XIV/1.ª (BE) - «Plano de emergência social e económico para o Algarve»;**
6. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD, para audição da Senhora Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ);**
7. **Outros assuntos.**

10:00 I Parte

Audição da Senhora Provedora de Justiça no seguimento de requerimentos apresentados pelo GP do PSD, a propósito da interpretação e aplicação pela Autoridade



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 23/XIV/1.ª SL

Tributária e pelo Governo da lei que alterou o Código do IRS, e ainda sobre a atual «falta de proteção social de alguns trabalhadores independentes», em conjunto com a Comissão de Orçamento e Finanças.

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Pedro Roque, cumprimentou e deu as boas-vindas à Senhora Provedora de Justiça, Professora Doutora Maria Lúcia Amaral, enquadrando a sua vinda à Comissão no âmbito dos requerimentos apresentados pelo Grupo Parlamentar (GP) do PSD, a propósito da interpretação e aplicação pela Autoridade Tributária e pelo Governo da lei que alterou o Código do IRS, e ainda sobre a atual «falta de proteção social de alguns trabalhadores independentes», descrevendo a metodologia adotada para aquela audição, informando que se tratava de uma reunião conjunta com a Comissão de Orçamento Finanças (COF) e dando a palavra à Senhora Deputada Carla Barros (PSD) para a apresentação dos referidos requerimentos, a que se seguiu a intervenção inicial da Senhora Provedora de Justiça.

Na primeira ronda de intervenções, dedicada ao primeiro dos requerimentos supracitados, usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas Clara Marques Mendes (PSD), Marina Gonçalves (PS), José Moura Soeiro (BE), Diana Ferreira (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN) e João Cotrim de Figueiredo (IL), tendo a Senhora Provedora de Justiça respondido no final e de forma sucessiva às questões colocadas.

Já na segunda ronda de questões, consignada à proteção social dos trabalhadores independentes durante a pandemia da doença COVID-19, registaram-se as intervenções dos Senhores e das Senhoras Deputadas Carla Barros (PSD), Eduardo Barroco de Melo (PS), José Moura Soeiro (BE), Diana Ferreira (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Inês de Sousa Real (PAN), respondendo novamente a Senhora Provedora de Justiça a final e de forma conjunta às perguntas formuladas.

A [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#) e [áudio](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

12:00 II Parte



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 23/XIV/1.^a SL

Deu-se continuidade à reunião logo após a audição, de acordo com os termos constantes da respetiva ordem de trabalhos.

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 22, de 27 de maio;

A ata identificada foi aprovada por unanimidade.

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;

O GP do PS indicou a Senhora Deputada Catarina Marcelino como relatora do Projeto de Lei n.º 371/XIV/1.^a (PCP) - «Propõe medidas para o alargamento da gratuitidade das creches e soluções equiparadas» e a Senhora Deputada Marta Freitas como relatora do Projeto de Lei n.º 402/XIV/1.^a (BE) - «Procede à alteração da Lei n.º 89/99, de 5 de julho, que define as condições de acesso e exercício da atividade de intérprete de língua gestual», comprometendo-se a designar oportunamente o nome do relator ou relatora do Projeto de Lei n.º 393/XIV/1.^a (PCP) - «Garante um apoio extraordinário de proteção social a trabalhadores sem acesso a outros instrumentos e mecanismos de proteção social», em conjunto com o Projeto de Lei n.º 367/XIV/1.^a (BE), já distribuído na reunião da semana anterior, igualmente ao GP do PS.

O Senhor Presidente deu nota que, com exceção do Projeto de Lei n.º 371/XIV/1.^a (PCP), a discussão na generalidade dos restantes projetos de lei encontrava-se já agendada para a semana subsequente. Ainda a propósito das duas últimas iniciativas supramencionadas, o Senhor Presidente informou que haviam entretanto dado entrada no Parlamento, sobre o mesmo tema (mas que não haviam baixado para já à Comissão), o Projeto de Lei n.º 415/XIV/1.^a (CDS-PP) - «Diminuição para metade do prazo de garantia para acesso ao subsídio de desemprego, ao subsídio por cessação de atividade e ao subsídio por cessação de atividade profissional (1.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 20-C/2020 de 7 de maio)», o Projeto de Lei n.º 427/XIV/1.^a (PCP) - «Cria um regime excecional e temporário de suspensão do contrato de trabalho por não pagamento pontual da retribuição» e o Projeto de Lei n.º 428/XIV/1.^a (PCP) - «Melhoria das condições de acesso ao subsídio social de desemprego», anunciando que seriam então elaborados os competentes pareceres, que cabiam ao GP do PS, depois de este declarar a sua disponibilidade para a respetiva elaboração, a apreciar e

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 23/XIV/1.ª SL

votar numa reunião que ficou desde logo agendada para segunda-feira, 8 de junho, pelas 14h.

3. Nova apreciação na generalidade (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão) dos Projetos de Resolução n.º 409/XIV/1.ª (BE) - «Garante que as crianças cujos pais perderam rendimentos não são excluídas das creches, protegendo as famílias afetadas e os profissionais», 421/XIV/1.ª (PEV) - «Define medidas excecionais relativas ao pagamento de creches no período de influência da Covid-19» e 423/XIV/1.ª (PAN) - «Reforça a proteção das famílias com dependentes matriculados em creches e jardins de infância e garante a sustentabilidade destes equipamentos educativos», que baixaram sem votação à Comissão por 30 dias, até 6 de junho de 2020;

Foi decidido o adiamento deste ponto para a reunião da Comissão da semana seguinte, sem prejuízo da possibilidade de as iniciativas serem remetidas para Plenário para votação individual, caso não desse entrada nenhuma proposta de alteração a este respeito.

4. Discussão dos Projetos de Resolução n.º 403/XIV/1.ª (PSD) - «Recomenda ao Governo a adoção de medidas excecionais de apoio social e recuperação económica para o município de Ovar, relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus _ COVID 19» e 413/XIV/1.ª (CDS-PP) - «Apoios específicos para o concelho de Ovar no âmbito das medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do COVID 19»;

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) solicitou o adiamento deste ponto para a semana seguinte, com o alargamento da discussão ao Projeto de Resolução n.º 393/XIV/1.ª (BE) - «Programa extraordinário de recuperação económica e social para o município de Ovar relativamente à pandemia Covid-19», sobre a mesma matéria, mas que havia baixado à 6.ª Comissão, tendo sido já solicitada a correspondente redistribuição. Não se verificou nenhuma oposição a este pedido.

5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 461/XIV/1.ª (BE) - «Plano de emergência social e económico para o Algarve»;

De igual modo, o GP do BE solicitou o reagendamento deste ponto, atendendo a que o Senhor Deputado João Vasconcelos (BE), que estava incumbido de apresentar a iniciativa e de participar na discussão, se encontrava naquele momento na reunião de outra Comissão, o que fundamentava o pedido de adiamento apresentado, não se registando igualmente nenhuma objeção dos restantes Grupos Parlamentares.

6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD, para audição da Senhora Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDCJ);



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 23/XIV/1.ª SL

A Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD) referiu que o GP do PSD decidira requerer a audição da Senhora Presidente da CNPDPCJ atendendo ao tempo excecional que vivíamos, provocado pela pandemia da doença COVID-19, com o confinamento daí decorrente e a perda de rendimentos das famílias, o que deixava as crianças e jovens mais expostos a fatores de risco familiar. Seria assim importante perceber o acompanhamento, a visão, e as medidas adotadas pela CNPDPCJ para a salvaguarda da sua segurança e bem-estar, sugerindo que a audição pudesse ocorrer em conjunto com a Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação (SIND) da 1.ª Comissão, que já tinha prevista uma audição à Senhora Presidente da CNPDPCJ, ainda que com um teor mais genérico.

Interveio de seguida a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), que não se opôs ao modelo conjunto da audição, desde que o mesmo comportasse duas rondas autónomas, e propondo ainda a audição neste âmbito do Instituto de Apoio à Criança (IAC), sugestões que mereceram a concordância de todos os presentes.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com o aditamento proposto pelo GP do PCP.

7. Outros assuntos.

No derradeiro ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente recordou que havia dado entrada na Comissão, já depois da fixação da Ordem de Trabalhos desta reunião, um requerimento do GP do BE sobre a situação dos trabalhadores da Casa da Música (CdM), não se registando nenhuma oposição à sua imediata discussão e votação, tendo o GP do PAN transmitido essa posição por escrito, ainda antes do início desta reunião.

Assim sendo, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que explicou que este requerimento, que dera entrada na véspera, se prendia com um episódio mais recente, que se somava a um conjunto de situações verificadas na Casa da Música nos últimos tempos, invocando casos de despedimento, assédio moral e perseguição de trabalhadores, e violação de direitos, liberdades e garantias no trabalho. Apesar de esta ser uma instituição de direito privado, recebia financiamento



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 23/XIV/1.ª SL

público, não podendo o Ministério da Cultura alijar responsabilidades, já que o Estado nomeava dois elementos para o Conselho de Administração (CA). Aliás, a Senhora Ministra da Cultura (MC) tinha dado conta da realização de ações inspetivas levadas a cabo pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), não se conhecendo ainda os seus resultados. Na sequência de uma vigília organizada no dia anterior, havia sido comunicado a trabalhadores que tinham subscrito um abaixo-assinado a sua dispensa para tarefas já agendadas para o mês de junho.

Acrescentou que tivera conhecimento que o GP do PCP apresentara ou apresentaria um requerimento análogo na Comissão de Cultura e Comunicação (CCC), sugerindo que em caso de aprovação de ambos, as audições pudessem ter lugar de forma conjunta, adiantando que o GP do BE pretendia ouvir a Administração da Casa da Música, a ACT e os representantes dos trabalhadores dos precários da CdM.

Usou então da palavra a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP), confirmando que o GP do PCP apresentara o requerimento aludido pelo GP do BE, que seria discutido e votado na próxima reunião da CCC, e reforçando a responsabilidade do Estado na nomeação de elementos para o CA da CdM, cabendo a tutela à área da Cultura. Deste modo, anuindo na concretização de audições conjuntas, esclareceu que o GP do PCP demandara a audição da Senhora MC e da Administração da CdM.

Posto isto, reiterou a gravidade dos factos revelados, havendo notícia de isolamento de trabalhadores, de penalizações com a falta de chamada para o regresso ao trabalho, e ainda de gravação e identificação dos participantes em vigília realizada no dia anterior. Recordou também que o GP do PCP formulara uma pergunta ao Governo, tendo então a Senhora MC respondido que tal estivera na base das ações inspetivas levadas a cabo pela ACT na CdM. Por fim, anunciou o voto favorável do seu Grupo Parlamentar ao requerimento do GP do BE.

Quer a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), quer a Senhora Deputada Marina Gonçalves (PS), afirmaram que os seus Grupos Parlamentares não se opunham às audições requeridas e à sua execução conjunta, não sem que o GP do PS manifestasse a utilidade de conhecer o conteúdo da ação inspetiva da ACT, para melhor preparar as audições, caso fosse possível apurar que esse resultado seria divulgado em breve.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 23/XIV/1.ª SL

Em síntese, o Senhor Presidente registou quer a concordância para apreciação do requerimento nesta reunião, quer a sua aprovação por unanimidade. Do seu cotejo com o requerimento apresentado pelo GP do PCP na 12.ª Comissão, constatou que os elementos diferenciadores seriam a audição da ACT e dos representantes dos trabalhadores precários na CTSS e da Senhora MC na CCC, o que porém não parecia impedir que fossem todas levadas a cabo conjuntamente pelas duas Comissões. Desta forma, sugeriu que se pudesse aproveitar a vinda da Senhora Inspetora-Geral do Trabalho à 10.ª Comissão na quarta-feira, 17 de junho, para materializar logo aí a audição da ACT. Apesar de a ordem desejada ser a inversa, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) concordou com esta possibilidade, dando-se conta à CCC para, querendo, estar presente na ronda relativa a este assunto.

Em segundo lugar, o Senhor Presidente ventilou que se previa que pudesse ter lugar nova audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) em sede da discussão na especialidade do Orçamento do Estado (OE) suplementar, cuja discussão na generalidade se encontrava então prevista para sexta-feira, 19 de junho. Assim sendo, tal não prejudicaria o formato já aprovado da Conferência «Diagnóstico e perspetivas ao nível do emprego e das necessidades sociais resultantes da pandemia SARS-COV-2», que contava já com algumas confirmações dos oradores convidados. Comunicou ainda que, mesmo com o respeito pela nova lotação do espaço e das regras de distanciamento social, não fora autorizada a presença de público na Sala do Senado, que poderia ainda assim ser convidado a assistir através do Canal Parlamento, com a hipotética supressão do debate entre os participantes, dado o circunstancialismo atual.

A respeito da condução dos trabalhos na iniciativa, o Senhor Presidente aventou que a moderação dos painéis dos demais painéis pudesse ser assegurada sucessivamente pela Senhora Vice-Presidente Catarina Marcelino (PS), na sessão de abertura; pelos GP do BE, PCP, CDS-PP e PAN, por ordem decrescente da representatividade parlamentar de cada um; e por si próprio na sessão de encerramento, de forma a assegurar a participação de todos os Grupos Parlamentares, e sem prejuízo do momento que era destinado às suas intervenções, devidamente individualizado no programa.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 23/XIV/1.ª SL

Por último, e a propósito da audição regimental da Senhora MTSSS calendarizada para 1 de julho, foi acertado aguardar pela eventual calendarização de audição no âmbito do OE suplementar, decidindo-se posteriormente sobre a consecução ou possível adiamento dessa quarta (e última) audição regimental da Sessão Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de junho de 2020.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Pedro Piquês



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 23/XIV/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros
Catarina Marcelino
Clara Marques Mendes
Cristina Sousa
Diana Ferreira
Eduardo Barroco de Melo
Emília Cerqueira
Helga Correia
Inês de Sousa Real
João Paulo Pedrosa
João Pinho de Almeida
José Moura Soeiro
Lina Lopes
Marina Gonçalves
Marta Freitas
Nuno Sá
Ofélia Ramos
Pedro Rodrigues
Pedro Roque
Tiago Barbosa Ribeiro
Carla Madureira
Cristina Moreira
Duarte Alves
Firmino Marques
Hugo Oliveira
João Cotrim de Figueiredo
Mara Coelho
Maria Germana Rocha
Maria Joaquina Matos
Olga Silvestre
Sandra Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Pires
Luís Soares